



**Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei nº 032/2015 do Executivo Municipal.**

**I – Relatório**

Esta comissão recebeu para análise o Projeto de Lei nº 032/2015 do Executivo Municipal, que trata de autorização para abertura de crédito adicional especial até o limite de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), e faz modificações em leis orçamentárias para devolução de recursos de convênio, que foi encaminhado a esta comissão em regime de urgência.

O Executivo Municipal indicou no projeto recursos provenientes de excesso de arrecadação para fazer frente aos créditos que pretende abrir e efetuou modificações das demais leis orçamentárias.

Citou em sua justificativa que os recursos destinam-se a devolução de valores em virtude de encerramento de Convênio.

Foram além da justificativa, os pareceres favoráveis do jurídico e da contabilidade, a declaração do ordenador de despesa, a estimativa de impacto orçamentário e financeiro, bem como demonstrativo da conta em que os recursos estão depositados e cópia do convênio e da solicitação de devolução dos recursos.

**II – Análise**

O projeto de lei está enquadrado dentre aqueles a serem analisados por esta Comissão, conforme artigo 69 do Regimento Interno.

O projeto foi justificado e foram juntados pareceres do Jurídico e Contabilidade da Prefeitura, favoráveis, e documentos citados, inclusive com a justificativa, cópias de convênio e de solicitação

Avenida Coronel Oliveira Motta, 715, Caixa Postal: 81, CEP 86430-000

e-mail: [camarasap@uol.com.br](mailto:camarasap@uol.com.br)

home page: [www.camarasap.pr.gov.br](http://www.camarasap.pr.gov.br)

REG. N.º 521/2015  
Recebido 30 03 2015





de devolução dos recursos, bem como o Executivo possui competência para a propositura.

No projeto constam declaração do ordenador de despesa e de impacto orçamentário, cumprindo os dispositivos da LRF e foram demonstradas as origens para os recursos a serem abertos, conforme determina a Lei Federal 4320/64, com excesso de arrecadação, bem como foi atendido o disposto no artigo 167 da Constituição Federal, como asseveraram os advogados e contador do próprio Executivo em seus pareceres.

### **III – Conclusão**

Diante da análise dos documentos, das informações, da justificativa do Executivo e dos pareceres de diversos técnicos já citados, esta Comissão entende que o projeto de lei que autoriza a abertura de crédito ora analisado e as alterações das leis orçamentárias pretendidas pode ser apreciado pelo plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, Santo Antônio da Platina, 26 de março de 2015.

**Vereador – Francisco Faustino de Proença Júnior**  
**Presidente**

**Vereador – Cláudio Domingues**  
**Secretário**

**Vereador – José Jaime Paula Silva**  
**Membro**